

189

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL DA MAGISTRATURA: POSIÇÕES POLÍTICO-IDEOLÓGICAS DA ASSOCIAÇÃO DOS JUÍZES DO RIO GRANDE DO SUL NO CONTEXTO DA REFORMA DO JUDICIÁRIO. Ana Paula Antunes Martins, Tania Steren dos

Santos (orient.) (UFRGS).

A presente pesquisa tem como objetivos a análise e a tipificação das posições político-ideológicas dos juízes estaduais dirigentes da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul sobre a Reforma do Judiciário, no sentido de compreender as manifestações políticas da magistratura neste contexto de mudanças. Esta Reforma foi aprovada através da promulgação da Emenda Constitucional nº 45, em 2004, e surge em resposta à chamada “crise do Judiciário”, que consiste em inúmeras críticas à morosidade na prestação jurisdicional, o encastelamento da instituição e a sua incapacidade de contribuir na solução dos principais problemas sociais brasileiros. Dirigentes da AJURIS dos últimos três anos se manifestaram desfavoráveis a vários itens da Reforma, podendo-se apontar como exemplos das críticas mais comuns a ameaça da autonomia do Poder Judiciário e o caráter neoliberal deste projeto. Os resultados preliminares indicam que a Reforma do Judiciário e as discussões sobre suas conseqüências acirraram significativamente o processo de profissionalização da magistratura, ou seja, a busca da delimitação das fronteiras entre o Poder Judiciário e o Executivo e a constituição de um ideário que enaltece as funções sociais da carreira. Resta analisar e tipificar o caráter ideológico dos argumentos sobre a Reforma, classificando-os segundo os tipos de posições elaboradas por Andrei Koerner: a corporativo-conservadora, do judiciário democrático ou do judiciário mínimo. Salienta-se que estes tipos serão revistos conforme as especificidades encontradas no campo. Para tanto, tem-se utilizado como técnicas de pesquisa a análise documental dos jornais da Associação e dos artigos publicados no site da entidade, bem como entrevistas com os juízes dirigentes da AJURIS de 2003 a 2006. Este período compreende o início do governo Lula, que impulsionou o processo de aprovação da Reforma do Judiciário, até a eleição da última gestão da entidade, no começo deste ano.